



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679892 - SP (2021/0218238-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ANGELO DE CAMARGO DALBEN - SP330194
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : M D C (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de M. D. C. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*HABEAS CORPUS* N. 2088963-18.2021.8.26.0000).

O paciente, atualmente com 14 anos de idade, cumpre medida socioeducativa de internação há cerca de 1 ano pela prática de ato infracional equiparado ao crime de roubo.

O impetrante sustenta, em síntese, que o pedido de extinção da medida socioeducativa foi indevidamente indeferido com fundamento na gravidade abstrata do delito. Aduz que a aplicação de falta disciplinar é nula, pois não foi procedida de audiência para a oitiva do adolescente, além do que teria sido praticada após o encaminhamento do relatório conclusivo. Explica que por ter desenvolvido todas as atividades propostas no Centro e o Plano Individual de Atendimento, é cabível a concessão de Liberdade Assistida ao ora paciente, e encaminhamento para Casa Abrigo de Araçatuba.

Liminarmente requer a concessão de liberdade ao paciente, para aguardar o julgamento deste *writ*, e no mérito, cassar o acórdão impugnado para declarar extinta a medida socioeducativa de internação, ou substituição por medida de liberdade assistida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente